



E OS PEQUENINOS, SENHOR?

Inocência e culpa na Pastoral Educativa

Sandra Mara Corazza

RESUMO – *E os pequeninos, Senhor? Inocência e culpa na Pastoral Educativa.* A partir das palavras de Jesus, no *Evangelho de São Marcos*, e as iniciais de Comenius, na *Didactica Magna*, realizo uma análise interdiscursiva, ao modo de Foucault, para responder à questão *E os pequeninos, Senhor?* Inscrevo tais positivities em uma mesma série histórica, por encontrar a constância enunciativa do infantil, girando sobre dois eixos: o de sua inocência e o da culpa efetiva. Argumento que assim se constituiu o jogo de poder-verdade-subjetividade de nossa *Pastoral Educativa*. Pastoral que acontece com uma escatologia messiânica ao fundo, no sistema de uma *Santa Aliança*, para realizar o advento da *Terra Prometida*: a do *Sujeito-Verdadeiro* – função-lugar de linguagem que, na analítica da finitude moderna, se autorizara a tomar o lugar de Deus.
Palavras-chave: *educação, história, infantilidade, governo, poder.*

ABSTRACT – *What about the little ones, Lord? Innocence and guilt in Educational Pastoral's.* Grounding on Jesus' words in St. Mark's Gospel and Comenius' foreword in *Didactica Magna*, I carry out an interdiscursive analysis, in Foucault's manner, to answer the question "What of the small children, my Lord?" I inscribe those positivities into one single time series, as I find the narrative constancy of the infant as spinning round two axles: the one of her innocence and the one of her effective guilt. I claim that the game of power-truth-subjectivity of our Educational Pastoral is established this way. A Pastoral that proceeds with a messianic eschatology on the background, molded as a Holy Alliance, to reach the Promised Land of the Real-Subject – linguistic function-place that, under the framework of the modern finality, empowered itself to replace God.

Key-words: *education, history, childishness, government, power.*

Deixai vir a mim ...

Jesus e as crianças

Algumas pessoas traziam-lhe crianças para que as acariciasse.

Mas os discípulos ralhavam com elas.

Vendo isto, Jesus se indignou e lhes disse:

‘Deixai vir a mim as criancinhas, e não as impeçais, porque o Reino de Deus pertence

aos que são semelhantes a elas.

Eu vos declaro esta verdade: quem não acolher o Reino de Deus como uma criança, não entrará nele’.

E ele as abraçava e abençoava, e lhes impunha as mãos.

(Bíblia, s.d., Evangelho de São Marcos, 10, 13-6, p. 1037)

... **as inocentes**. Essas palavras evangelizadoras de São Marcos, acerca de *Jesus e as crianças*, nada mais fazem do que articular a relação entre o eixo da inocência infantil com a posição diferenciada que Jesus, na Galiléia, atribuiu às criancinhas. Fazendo-se homem, para viver entre os homens, com a intenção de os salvar, Jesus veio ao mundo, nascendo como uma criança. Criança que, por estar isenta do Pecado Original, perante os olhos de Deus, deveria receber, além de um lugar distinto, também um estatuto privilegiado. As crianças não eram responsáveis pela degradação humana, sendo, por isto, abençoadas. Jesus as chama para perto de si e estabelece, como condição de salvação, a seus seguidores adultos, que sejam como elas. Que se façam tal qual elas – **criancinhas, pequeninas** –, para acederem ao Reino Bem-Aventurado de Deus Pai.

O elevado estatuto espiritual, atribuído pelo discurso religioso às crianças – concebidas à semelhança do Menino Jesus –, será mais tarde retomado pelo discurso educacional. Retomado, deslocado e transformado, recorrentemente distribuído, a partir de outras condições históricas e práticas sociais. O sistema de dispersão e difusão de tal discurso não terá poucos efeitos de verdade e de poder culturais sobre o infantil: fixará a unidade do objeto “infância”; estabelecerá as formas de sua enunciação; determinará o sistema dos conceitos permanentes e coerentes que o colocam em jogo; e reanimará a permanência do tema “infantil”, pela definição de um vasto campo de possibilidades estratégicas.

... **as culpadas**. No livro criacionista da genealogia de Adão, o *Gênesis*, encontra-se: 1. A fecundidade e a multiplicação, como ordem de Deus, para que homem e mulher povoassem a terra e a submetessem. 2. Durante a estada no Paraíso, não há qualquer referência a filhos nem a filhas, mas ao homem, “Macho e Fêmea”. 3. Somente após o Pecado, isto é, após o conhecimento do Bem e do Mal, e a posterior expulsão do Éden de Delícias, é que Adão se une à Eva, que concebe e dá à luz, por vez primeira, a dois filhos-homens, Caim e Abel. 4. As filhas (no feminino) são inscritas no dramático momento em que a

Bíblia refere as relações sexuais e a depravação humana, antes que as águas do dilúvio cubram toda a terra, por quarenta dias e quarenta noites, como castigo para as perversões da carne. Se as crianças-filhos/as não estavam no Paraíso, nem foram as que pecaram contra Deus, elas surgem, no discurso bíblico, como os “frutos” – filhos, e mais marcadamente, filhas – dos pecados humanos. Elas não eram culpadas do Pecado, mas dele participavam como seu produto, especialmente as filhas-crianças (cf. Bíblia, 1982, p. 26-27; s.d., p. 24-33).

Aqui, já se pode visualizar o aparecimento de uma regularidade enunciativa, constituinte do discurso ocidental acerca do infantil, e operada por dois eixos ativos: 1. O da isenção da culpa primordial e, portanto, inocência. 2. O da participação indireta na culpa e, portanto, possibilidade de culpa. Ao inventariar uma análise interdiscursiva, no campo do discurso religioso, da *Bíblia*, e no educacional, da *Didactica Magna*, terei, no momento oportuno, condições de examinar alguns deslocamentos desse duplo eixo para categorias de pensamento e para práticas políticas de governo dos infantis, cuja arqueologia encontra seus pontos mais fortes de inflexão no Sacramento do Batismo e na Pastoral Educativa (cf. Corazza, 1999).

Por enquanto, ainda descrevo o eixo da “inocência”, com a conseqüente dominação espiritual das criancinhas sobre os adultos, bem como o da “culpa”, que articulará variadas práticas com o infantil. Eixos, que serão utilizados pelo discurso educacional em processo de ordenamento racional e de institucionalização escolar, milhares de anos depois da Bíblia: na época em que as luzes celestes começam a bruxulear, por terem iniciado seu encontro com as terrenas.

Jumentinho atado: celeste privilégio

Se, no princípio de tudo era a Palavra, esta, de origem divina, é que delega às crianças uma exemplaridade e mestria espiritual sobre os adultos. Em um dos cruzamentos do discurso religioso com a nascente positividade da educação escolar, encontra-se também tal forma de relação de poder. Em meados do século XVII, o pastor tcheco Jan Amos Comenius (Comênio, 1985), ao colocar sua *Didactica Magna* – ou *Tratado da Arte Universal de Ensinar Tudo a Todos* –, em um ordenamento baconiano, faz com que “Comenius” passe a ser o nome próprio, ocupante de uma posição de funcionamento na discursividade educacional, o qual potencializará práticas escolares de mais de três séculos no Ocidente. Práticas que, para falar do infantil, articularão saberes e poderes religiosos com os científicos e políticos.

Comenius introduz as primeiras referências às crianças pelo mesmo versículo de São Marcos, para justificar que elas não sejam apenas “o objeto” da reforma escolar, como também o exemplo da verdadeira regeneração humana, a cujo serviço coloca sua obra. Inscreve esse lugar discursivo reservado

à criança, ao tomar por fundamento a Palavra Sagrada. Logo após fazer a *Saudação aos Leitores*, refere o *Gênesis*, onde é narrada a criação do homem, e sua colocação num paraíso de delícias. Nas páginas seguintes, Comenius trata da perda do Paraíso, advinda da fraqueza e da traição do homem, dizendo que Deus se lamentará disso e o abandonará por algum tempo. Porém, por obra de Sua infinita sabedoria, graça e misericórdia, aquela criatura ingrata poderá reconquistar o que perdera.

A Igreja de Comenius – no caso, a Reformada – é a instituição que, por meio de seus “jardineiros espirituais”, faz reverdecer o Paraíso. Porém, vem fracassando nesta missão, pois a “nova plantação” degenerou-se. Deus, na Sagrada Escritura, e os homens sábios têm se lamentado por isso: “Invertido e estragado, tudo está destruído ou arruinado”. Contudo, resta um duplo conforto: primeiro, na Vida Eterna, o reencontro com o Paraíso Perdido; e segundo, o conforto de que, nesta vida aqui na Terra, também se pode renovar o Paraíso.

É nesse conforto terreno, que Comenius fundamenta a sua *Didactica Magna*, justificando-a como parte do caminho em direção a Deus e para o aperfeiçoamento da vida, que só pode ser renovada por “uma reta formação da juventude”. Após esta argumentação, é que Comenius principia a tratar dos infantes, retornando aos gestos e à significação de Jesus para com eles. Indaga, diante das palavras de São Marcos – “Mas que palavras são estas”? –, e responde: “[Jesus] proclama que só as criancinhas são merecedoras do reino de Deus, admitindo a participar na herança apenas os homens que se tenham tornado semelhantes às criancinhas!”

Então, Comenius dirige-se às próprias crianças, para exaltá-las em seu privilégio: “Oxalá vós, diletas criancinhas, possais entender este vosso celeste privilégio!” E justifica: “É vosso o resto de dignidade que ficou ainda no gênero humano”. Cristo, a graça de Deus, a herança da vida futura... “tudo isto é vosso, pertence-vos a vós particularmente (...), pertence mesmo só a vós, a não ser que qualquer outro, convertendo-se, se torne como vós”.

Apresentando a condição de que os adultos façam-se iguais às crianças, o discurso educacional, em processo de escolarização, cujo conjunto de enunciados é especificado nessas primeiras linhas da *Didactica Magna*, estabelece a centralidade que às crianças será atribuída por este discurso, como o religioso já fizera. Tal hierarquização, própria a cada um desses campos e, a um só tempo, comum a ambos, será alterada por injunções mostradas a seguir.

Ainda nas reterritorializações bíblicas de Comenius, encontramos que as criancinhas, não estando manchadas pelos pecados, são proclamadas “as legítimas herdeiras do patrimônio celeste”. Elas são as “criaturinhas inocentes” de Deus que, tendo recebido Suas graças, ainda não perderam o Paraíso de Delícias. Diferentemente do homem ingrato que, construído à Imagem Divina, não se mostrou digno dela, renegando esta prova suprema de Seu amor.

Se a corrupção, produzida pela soberba de Adão, invadiu toda a substância do ser humano, Cristo, ao enxertar, no próprio pecador, a árvore da vida –

“a natureza humana” –, não exclui senão a quem se exclui a si mesmo, por não crer. E se alguém quiser saber por que é que Deus tem em tão grande consideração as criancinhas e as aprecia tanto, por mais que reflita, não encontrará uma razão mais forte do que esta: “as criancinhas têm todas as faculdades mais simples e mais aptas para receber os remédios que a misericórdia divina oferece para a cura das coisas humanas, em estado tão deplorável”.

Comenius fala aqui de “remédios” para a cura da condição humana degradada, dos quais, além de não escapar, as crianças serão suas principais destinatárias. Como Jesus, apresenta-as como mestres exemplares aos adultos, confirmando não somente sua posição diferencial dos adultos, como sua superioridade espiritual sobre estes: “nós, adultos, que julgamos que só nós somos homens e vós sois macaquinhos, só nós sábios e vós doidinhos, só nós faladores inteligentes e vós ainda não aptos para falar”, “(...) somos obrigados a vir à vossa escola! Vós fostes-nos dados como mestres, e as vossas obras são dadas às nossas como espelho e exemplo”!

Nessa exortação, deparamo-nos com um dos eixos de nosso conjunto interdiscursivo, que mostra a regularidade moderna de práticas discursivas e não-discursivas do infantil: a de sua inocência (cf. Ariès, 1981). Porém, mais do que deslocar tal enunciado do campo religioso para o educacional, mais do que manter o estatuto infantil de “mestria”, de “espelho” e de “exemplo” para os adultos, Comenius condiciona o exercício dessa função aos seguintes critérios: “que as crianças saibam conservar a graça de Deus já recebida” e “manter-se limpas no mundo”. Por realizar esse deslocamento crucial, o pastor prescreve o “remédio” educacional como “o meio por excelência”, para atingir a consecução de tais critérios, já que “estas coisas podem ensinar-se mais facilmente às crianças que aos outros, pois não estão ainda dominadas pelos maus hábitos”.

Para Comenius, as crianças são as “plantazinhas do céu”, “do Paraíso”, “de Deus”. Compara-as a “novas arvorezinhas”, a quem se deve tratar com muito cuidado, para que cresçam “belas e fortes”, e seja possível “renovar o pomar”. Suas mentes são “simples e não ainda ocupadas e estragadas por vãos preconceitos e costumes mundanos”, e, por isto, “mais aptas para amar a Deus”. Uma das provas da alta consideração, em que Deus tem as criancinhas, é a passagem do *Evangelho de São Lucas*, em que Jesus ordena a seus discípulos que busquem uma jumenta e seu jumentinho, para partir de Jerusalém. Não é na jumenta, mas no jumentinho – que estava atado –, que Jesus monta. Comenius conclui que, mesmo que Jesus chame a si os velhos e os jovens, são “os mais jovens, não ainda subjugados pelo mundo, aqueles mais aptos para se habituarem ao doce jugo de Cristo”.

Ao crescimento quantitativo da instrução – em que as escolas e o método propostos por Comenius serão, ao mesmo tempo, uma arma de combate contra a Igreja de Roma e um atendimento às necessidades práticas de uma nova sociedade que se reestrutura –, será atribuída a principal responsabilidade por

essa reeducação, embora ela seja bem difícil: “não há coisa mais difícil que voltar a educar bem um homem que foi mal educado”. Nessa emergência, o discurso educacional, tal como o religioso, colocará, de um lado, as crianças em estado de graça, e, de outro, por oposição, os adultos, em estado pecaminoso.

Fica então apontada esta conclusão necessária: a reforma da Igreja e da sociedade, diz Comenius, deve começar pela educação das criancinhas. Pois, se é necessário que se apliquem remédios às corruptelas do gênero humano, deve-se fazê-lo por meio de uma educação sensata e prudente. Para isso, os educadores parentais devem ser afastados, porque não cumprem o seu dever, assim como poucos são os mestres que transmitem coisas boas. Se todos os adultos “estão corrompidos e tornaram-se abomináveis em todas as suas paixões”, só uma melhor condução das crianças, de que todos participem, poderá integrar “a salvação comum”. Ou, em caso contrário, devemos todos “aguardar o castigo de Deus”. Caso se queira, “Igrejas e Estados bem ordenados e florescentes e boas administrações”, deve-se ordenar as escolas e fazê-las florescer, “a fim de que sejam verdadeiras e vivas oficinas de homens e viveiros eclesiásticos, políticos e econômicos”.

Para crianças doentes de uma humanidade doente, o melhor de todos os remédios é a “Escola”: verdadeira e viva oficina de homens e viveiro eclesiástico, político e econômico. Remédios? são dados a quem está doente. Terão as plantazinhas de Comenius, definitivamente, adoecido? Que mal as terá feito decair do pedestal em que Jesus e o Pastor as tinham colocado?

Doença e morte das plantazinhas do Paraíso

Com a articulação feita, inscrevi as positivities da *Bíblia* e da *Didactica Magna* em uma mesma série regular de acontecimentos, no que se refere à produção discursiva do infantil. Série que está constituída pelos seguintes elementos comuns: 1. Um lugar diferenciado dos adultos, atribuído pelo discurso religioso e pelo discurso educacional que se escolariza. 2. Uma forte potência de dominação dada a este lugar e à subjetividade infantil que o ocupa. 3. A necessidade de afastar os adultos parentais da educação das crianças e, em seu lugar, colocar aqueles que são aptos para educá-las. 4. A concepção de criança como um ser humano inocente, puro, imaculado, igual ao Menino Jesus, que o mundo se esforçará por degradar e manchar. 5. Uma figura de criança não carente, nem desprivilegiada, nem indefesa, nem necessitada da tutela dos adultos, mas o seu modelo.

O poder exercido nessa série histórica configurou uma forma de “poder espiritual”, que não foi mais do que um modo particular de relações entre os adultos culpados e as crianças inocentes. Seu traço distintivo teria sido o de que os modos de ação das crianças, por seu caráter exemplar, pudessem governar as ações dos adultos, sujeitando-os à força espiritual, que sobre esta rela-

ção de poder se exercia (cf. Foucault, 1991a, 1995b). Porém, como nunca foram encontradas relações de poder sem resistência, tanto a individuação infantil quanto as formas de subjetivação dos adultos, implicadas por esse poder, não seriam jamais “perdoadas”. Muitas “desforras” contra o ser infantil assim enunciado – não apenas diferente, mas hierarquicamente superior – que, desde o poder espiritual, começava a ser positivado, seriam logo perpetradas, modificando os modos de objetivação pelos quais o humano ocidental torna-se um “sujeito da infantilidade” (cf. Corazza, 1998b).

Se, por um lado, a infância, tal como a conhecemos, parece ser uma produção histórica do poder disciplinar dos tempos modernos, por outro, tal como descrevo – por esta análise de tipo arqueológica (cf. Foucault, 1972) –, o infantil pode ter emergido bem antes disto, com avatares diferenciados daqueles com os quais estamos familiarizados/as, e a partir de outras relações de poder. Ou seja, ao contrário da referida “dependência” das crianças (cf. Alvarez-Uria e Varela, 1991; Ariès, 1981; Larena, 1983; Narodowski, 1994), em relação aos adultos, aqui, no domínio discursivo do poder espiritual, são estes que dependem daquelas.

A *Bíblia* e a *Didactica Magna* seriam, para a história propriamente dita – a história *tout court* –, dois “livros” pertencentes a duas épocas cronologicamente distintas, mas que cunham, no âmbito da análise enunciativa, um mesmo tipo de poder: o que adota como estratégia o assujeitamento dos grandes aos pequeninos, com base no eixo de sua inocência em face do Pecado Original. Logo, mostrarei de que modo o poder espiritual desloca seu descontínuo, ainda em Comenius, para o segundo eixo: o da possibilidade da culpa, e mesmo o da culpa efetiva. Eixo pelo qual tanto a concepção de infantil será modificada quanto o poder espiritual transformar-se-á, por efeitos das práticas educacionais, de maneira mais ou menos duradoura.

Essa analogia entre as duas formações discursivas implica na constância enunciativa da concepção e do lugar espiritual da infância, como superiores aos dos adultos, justamente por sua forma de participação no Cristianismo. Mas, caso continuássemos pensando na mesma operação de poder de um e outro discurso, por que então Comenius dedicaria tanto esforço para produzir seu “método universal de ensinar tudo a todos”, e convocaria todos os cristãos e todos os Estados para que fundassem e mantivessem uma “rede universal de instrução de tempo inteiro”, onde “as escolas existissem para as crianças desde o regaço materno até sua morte”?

Se a criança fosse tão modelar e perfeita, de onde o Pastor, todos os reformadores, humanistas, utopistas, moralistas, legisladores, revolucionários da burguesia tirariam qualquer necessidade de que ela fosse educada? Por que e para que educar um ser perfeito e modélico? Em que sentido importaria falar de remédios para um ser identitariamente completo? Em outras palavras: quais necessidades práticas dariam suporte para que, desde o século XVII, fosse constituída para o infantil a Escola universal e obrigatória?

Devido a essas questões, ficaremos um pouco mais no texto comeniano, tratando-o em sua materialidade repetível de acontecimento, e na pergunta intrigante que esta implica, qual seja: firmemente fundado na inocência e na superioridade do infantil, deslocadas dos Evangelistas, de qual categoria enunciativa Comenius retira a necessidade premente de educar todas as crianças, pelo tempo inteiro de suas vidas?

A resposta é simples: podemos encontrar, em primeiro lugar, a constatação de que a natureza humana é boa e completa. Porém, após a Queda, o mundo a transforma em natureza de corrupção, advinda da “doença hereditária, descida até nós a partir das duas primeiras criaturas”. É preciso educar os humanos infantis, porque embora sejam, como todos, essencialmente bons, o mundo é mau, e os tenta com seus perversos exemplos e corrupção crescente.

As crianças devem ser educadas porque, estando no mundo, ficam sujeitas a suas tentações e, para que isto não ocorra, e, em não ocorrendo, para que se tornem em tudo, e cada vez mais, e sempre, semelhantes a Cristo, realizando na plenitude sua humanidade. É preciso educá-las para que sejam “verdadeiros homens”, isto é, “criaturas racionais”: “Em primeiro lugar, todos aqueles que nasceram homens, nasceram para o mesmo fim principal, para serem homens, ou seja, criatura racional, senhora das outras criaturas, imagem verdadeira do seu Criador”, escreve Comenius.

Pouco a pouco, em seu texto – e de um modo que se torna definitivo –, o Pastor introduz a imperfeição das “plantazinhas do Paraíso”, e a conseqüente necessidade de sua educação, com argumentos que desmantelam o eixo da inocência e da pureza infantis, e que apontam para o segundo eixo: o da participação das crianças na culpa humana, sendo, portanto, culpadas. Aliás, condição que atingirão, caso não sejam educadas.

Embora não tenham participado do Pecado, a ele as crianças estão indiretamente ligadas, já que são seus rebentos, e ao mundo estão diretamente ligadas, pois que vivem nele. Se não foram, primordialmente, culpadas, poderão vir a sê-lo, integrando a humanidade pecadora. Uma das passagens mais expressivas desta posição é a citação que Comenius seleciona de Cícero: “(...) apenas somos dados à luz e começamos a ser educados, rebolamo-nos continuamente em toda a espécie de imundícies, de tal maneira que parece que, juntamente com o leite da ama, bebemos os erros”.

Pronto! A criança que, no discurso da Bíblia, ainda não tinha vida, mas estava imersa em relações do poder espiritual, por efeitos da homogeneidade enunciativa da culpa – obtida pela descrição deliberada do cruzamento do discurso educacional que se escolarizava com o discurso bíblico –, decai de sua posição de modelo dos adultos. Então, não mais os sujeitando, fica igualada a eles como pecadora, e terá necessidade de ser purificada, de ter sua natureza sanada e redimida, de ser reconduzida para a fonte de onde derivou, isto é, à imagem e à semelhança de Jesus Cristo.

Somente as escolas, afirma Comenius, possibilitam que a criança realize seu percurso em direção a essa fonte. Incorporando, assim, como homem de seu tempo, algumas das qualidades requeridas pelos Estados nacionais emergentes, Comenius estabelece uma das principais naturalizações ocidentais do tempo de infância, ao afirmar que este é formado pelos melhores anos para educar – “como mostra a natureza” –, já que neles, sendo “a criança inábil para outras coisas”, apenas é apta para ser formada. Aqui, instituiu-se a designação da infância para a escolarização e convocava-se todos os governantes, pastores, educadores, para a missão da educação universal e liberal, que não mais se extinguirá.

Comenius exige providências que, já no século XVII, apresentam um caráter de urgência: se a cada “um interessa a salvação dos seus próprios filhos”, se “àqueles que presidem às coisas humanas, no governo político e eclesiástico, interessa a salvação do gênero humano”, é preciso que se apressem “a providenciar para que, desde cedo, as plantazinhas do céu comecem a ser plantadas, podadas e regadas, e a ser prudentemente formadas, para alcançarem eficazes progressos nos estudos, nos costumes e na piedade”.

O que vemos acontecer, nesse deslocamento, nada mais é do que duas cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito infantil em outra posição e função culturais: 1. De um estado e de uma condição superior e exemplar, as crianças são igualadas aos adultos como pecadoras. 2. No mesmo passe, por sua condição de “mais aptas a aprender”, de “melhor educáveis”, são lançadas em um estado de carência culposa, necessitadas de educação, mais do que o restante da humanidade.

A partir de agora, para que cada indivíduo e toda a espécie humana seja, aja e viva melhor, dirigindo-se para a beatitude da Vida Eterna, as crianças devem ser educadas. Pode ser que, para elas, tenha acabado de ser atribuída uma tarefa bem mais pesada de remissão da dívida e da culpa humanas: sob a forma de pagamento por aquela posição de dominância espiritual sobre os adultos, advinda do poder espiritual.

Por efeitos da conclamação de sua Pastoral Educativa, Comenius joga uma pá de terra sobre a criança ocidental primogênita – dominadora, inocente e exemplar –, “filha legítima” de mãe e pai religiosos. A segunda cria – dependente, culpada e carente – que desta morte advirá, será sempre uma “filha bastarda”, no sentido de que, para concebê-la, o saber educacional moderno toma o infantil do discurso cristão para combiná-lo com disposições científicas, políticas, econômicas.

Passará um longo tempo antes que esta criança se transmude numa outra por efeitos de novas tecnologias e estratégias de poder, saber, verdade. É justamente aí, nessa encruzilhada arqueológica de sua história, que a criança moderna, ao perder a supremacia modelar, vê começar, de modo correlato, a produção de sua vida, da qual ainda compartilhamos.

Duas horas: carne culpada e corpo caçado

Como é que essa vida se gera? Podemos pensar que a *Bíblia* e a *Didactica Magna* não são dois discursos de dois mundos, mas dois momentos de uma mesma formação discursiva de um mesmo mundo, sua meia-noite e seu meio-dia: a hora em que os dados são lançados e a hora em que caem os dados (cf. Deleuze, s.d.). Mas, como é possível que a escritura deste ensaio afirme que o século dos evangelistas e o de Comenius constituam dois momentos de um mesmo discurso de um mesmo mundo? – perguntará, de modo sarcástico, a “história propriamente dita”.

Justifico essa posição, a partir da perspectiva adotada por esta escritura e de seus esforços para encontrar, no campo da cultura e da educação ocidentais, não estruturas atemporais acerca da infância, mas algumas das condições enunciativas que produziram a qualidade, o modo, o estado, a propriedade de “ser infantil”: em uma palavra, que produziram a “infantilidade”, esta de nosso presente. Por afirmar que a aproximação descrita não teve a função de esclarecer nenhuma continuidade cultural, nem de isolar o momento originário em que o enunciado “infantil” nasceu, sequer descrever algum mecanismo que tenha sido a causa de seu aparecimento.

E sim, apenas, por ter liberado o jogo de verdade, em que esse enunciado integrou o conjunto interdiscursivo delimitado. Por ter atribuído ao discurso religioso cristão e ao educacional escolar a relativa autonomia das práticas discursivas que a eles pertence, submetidos como estavam às regras do jogo histórico, as quais se impuseram, segundo uma espécie de anonimato uniforme, a todos os indivíduos que falaram e falam no interior de tal conjunto. Por tratar seus discursos como práticas, que formaram sistematicamente aquele objeto “infantil” do qual falaram. Por haver operado nos espaços de rarefação dessas formações discursivas, onde o conjunto dos atos e discursos das “duas épocas” ocuparam pequenas regiões descontínuas. Enquanto as mutações intrínsecas pertinentes eram integradas a essas práticas discursivas, sem que fosse alterada a forma geral da regularidade por elas fornecida ao enunciado “infantil”. Também por ter desalojado algumas regras locais de transformação interdiscursiva, que definiram a existência e a identidade deste enunciado. Para o qual somente a descrição do uso que dele se faz e da maneira pela qual é manipulado poderá multiplicar suas rupturas, permutas e transformações, bem como definir se o que temos aqui e acolá é, exatamente, o mesmo enunciado.

Joguem os dados que tomamos emprestados de Nietzsche. Hora em que os dados são lançados: a hora do cristianismo que inventa a má consciência, isto é, a culpa e a responsabilidade. Em função de sua própria existência, enquanto integrante da espécie humana, o infantil foi culpabilizado. Por sua vida, gerada no turbilhão irracional das tentações da carne de um mundo em pecado, ele foi responsabilizado.

Para o infantil, articulado pelo dispositivo de infantilidade, a invenção cristã reserva um papel central de sofrimento, já que ele é o que nasce da equação pecado-dor-castigo, ou da equação mulher-pecado-criança, o que dá no mesmo. Sua vida é o testemunho e a prova irrefutável da queda. Vida que precisa ser justificada, pelo sofrimento, para ser redimida e, só assim, ser possível de reconciliação com a perfeição. Do infantil, o Cristianismo fez um ser faltoso e culpado, alguém que deve sofrer e expiar simplesmente por existir.

Essa primeira hora é a que, definitivamente, invalida, impossibilita e elimina o eixo da inocência soberana do que é infantil e coloca, em seu lugar, o exercício recorrente das relações do poder adulto com uma infância faltosa e carente. Então é hora de fazer de sua vida, de seu corpo e da sua alma, fenômenos morais e políticos, por lhes imputar os mesmos erros, por recriminá-los amargamente, por acusá-los sem cessar.

Essa “culpa do infantil” passa a integrar a epistemologia ocidental que pensará cientificamente a criança, pensando-a sempre no registro moral. O elemento genealógico privilegiado das práticas educacionais. O princípio, a um só tempo transcendental e muito concreto, de nossa desmedida “vontade de infância”, a ser fortalecida e solidificada pelo dispositivo de escolarização. Essa é a hora que permite afirmar: – É por tua culpa que decaímos, diz-se à criança. Deves interiorizar toda nossa dor, até que chegues a dizer: – Sim, é por minha culpa.

Segunda hora, a da caída dos dados: aquela em que os séculos que se iluminam com as Luzes da Razão configuram os campos da Cultura, da Família, da Escola, produzindo a nova vida da criança, após sua morte-em-vida. Hora em que o humano busca afastar o divino e o espiritual, e inicia sua caça à infância, tomada em situação de menoridade racional e moral, da qual ela própria é culpada. Hora de atribuir a este ser “de menor” a incapacidade de fazer uso de seu próprio entendimento, e de fixar sua necessidade inelutável de ser dirigido pelos indivíduos adultos. Hoje, temos trezentos anos mais do que naquela época e ainda jogamos com os mesmos dados?

Se interrogarmos a cada uma dessas horas não do lado de seu sentido mas do lado de sua função, não negaremos as mutações na base enunciativa daqueles que adquirem o direito de assim proferir o enunciado “infantil”, dos espaços institucionais de onde este enunciado emana, e das posições que os sujeitos desta enunciação ocupam. Se interrogarmos cada uma dessas horas do lado de sua função, recolocaremos os dois momentos desse discurso no seu elemento genealógico que são as relações de poder. Assim, não diremos que um dos dois discursos é mais verdadeiro do que o outro, nem que eles dizem a mesma coisa acerca do infantil, ou que eles adotam a mesma perspectiva, tampouco que falam do mesmo ponto de vista. Não diremos isso, porque, do ponto de vista da produção da infantilidade, as relações desses dois momentos do discurso com o poder são diferentes.

O que diremos é que o primeiro momento, da Bíblia, enfatiza o nível estratégico de poder para a produção do infantil: toma o poder espiritual desencarnado da infância sobre os adultos e, quase no mesmo movimento, passa a reorganizar e fundamentar o poder corporal sobre a infância. O segundo, de Comenius, opera em um nível tático, porque fala com propriedade do poder corpóreo que se exercerá sobre a criança, falando dele para melhor o exercer. Ambos encontram seu ponto máximo de inflexão na educação escolar.

Nos espaços e tempos históricos que existem entre a Bíblia e Comenius, o que há é uma individualidade de “criança incorpórea”, embora seja carne, e carne culpada, sofrida, atormentada. Por isto, esta carne era, ora surrada e submetida, ora declarada livre de toda coação exterior, soberana, exemplar. Mas era uma carne genérica e vaga, “meta-física” até, cuja necessidade de moralização será também geral. Uma carne que começara a ser guiada nas instruções catequistas e continuada pelo exame e direção de consciência, instrumentos apropriados pelo Cristianismo do mundo greco-romano, e depois dispersos em outro tipo de práticas.

O humanismo da Renascença começará a pedir clemência para essa carne mortificada, exigindo a diminuição do látego e a supressão de seu aniquilamento, para poder construir o corpo infantil. Fará isso menos por força de seu sentimento humanitário, e muito mais porque este corpo era necessário para as novas relações comerciais, para a riqueza econômica, para o novo sistema de crédito, para as possibilidades culturais e artísticas, para a urbanidade, a civilidade, as boas maneiras, a governamentalidade que se anuncia?

Antes desse tempo, como vimos na Bíblia, existia apenas o filho: Jesus feito Menino, filho portanto. A formação cristã tratou da criança-filho, não contemplou “a criança”. Esta, apartada de alguma maneira do filho e da filha, somente será criada pelo humanismo, seguida da produção do “aluno” e da “aluna”, apenas criados pelo poder que disciplina, por educar e escolarizar. Isso acontece quando a educação se torna política, quando passa a ser um dos ramos da política e do bom governo do Estado. Aí então se precisará fabricar mais do que “homens”, como queria produzir Comenius, em suas *Verdadeiras e Vivas Oficinas de Homens*. Em nossos modernos *viveiros eclesiásticos, políticos e econômicos*, precisar-se-á também de crianças e de seus corpos.

Para fazer tais corpos, é preciso conhecê-los, em suas mais ínfimas particularidades e idiossincrasias, para os classificar, dentro da massificação populacional. Somente as ciências – as denominadas “humanas” (cf. Foucault, 1968) – sistematizarão os saberes e os poderes necessários para normalizar esse novo “infantil”. A partir delas, nunca mais as palavras e as coisas de infância serão enunciadas apenas pelo poder espiritual, consubstanciado em *Jesus e as crianças*, mas disciplinadas, e dispostas como peças, na complexa construção estratégica da governamentalidade moderna: para aquém e muito além dos eixos enunciativos da inocência e da culpa.

A vontade de viver

As modernas tecnologias do poder-saber educacional, já dispostas por Comenius – a serem modificadas, distinguidas e totalizadas nos séculos ulteriores –, organizar-se-ão primeiramente sob a forma de “arte”, isto é, uma técnica em conformidade com certas regras. Arte de governar, que adota por modelo a Deus quando impõe suas leis sobre suas criaturas, do mesmo modo como o Rei imita o governo da natureza por Deus, ou o governo do corpo pela alma (cf. Foucault, 1991a).

Mas, assim como para os Estados modernos, nem o poder do Rei nem o de Deus fornecerão os mecanismos suficientes para governar os novos corpos infantis. A partir do momento em que eles passam a ser concebidos como parcela de uma população – “a infantil” –, para os governar será preciso um outro tipo de poder: o poder moderno, surgido em relação com uma questão de governo. Tal poder, para se exercer, precisará de outra racionalidade – não aquela da obediência inquestionável à palavra divina, nem mesmo a de uma violência soberana que proteja a sociedade – que será fornecida pela razão de Estado, servindo apenas para reforçar o próprio Estado. Estado que, no século XVIII, integrará numa nova forma política: a antiga tecnologia de poder pastoral, originada nas instituições cristãs, e o ampliará por todo o corpo social, encontrando apoio não mais em uma instituição religiosa, mas numa multiplicidade institucional, do qual fará derivar sua tática individualizante, a um só tempo pastoral e política.

A educação escolar, mais do que ser tributária da racionalidade desse Estado, nasce dela e só nela se justifica. Por isso, Comenius, embora inicie sua *Didactica...* pelo discurso bíblico sobre as crianças, coloca-se na diagonal da imagem pastoral de infância, no preciso momento em que convoca todos os homens de Estado para organizar as escolas. E, assim fazendo, mais do que preparar o caminho para a felicidade celeste e para a vida eterna, constrói sua arte de ensinar para reforçar a produtividade de um Estado que os séculos anteriores estavam preparando. A criança-aluna – não mais somente filho e filha, não mais apenas criança – e sua educação só podem ser pensáveis pela razão de Estado, que é a que fornecerá as técnicas e estratégias necessárias para educá-la.

Para Comenius – e para as “pastoras” e os “pastores” que o seguirão –, sua alegada “arte universal de ensinar tudo a todos” não é nenhuma virtude de taumaturgo, nem uma arte de educar segundo leis divinas ou da natureza – embora a *Didática Magna* tenha, em cada página, muitas referências a elas –, e sim uma nova arte, cada vez mais racional e mais política, que entra em consonância com a potência de um Estado, cuja meta é aumentar esta mesma potência, tanto em intenção quanto em extensão.

Ora, como já vimos, no texto de Comenius, as “arvorezinhas do Céu”, no fim das contas, deveriam ser podadas e transplantadas aqui na Terra mesmo, e

não para qualquer finalidade que não fosse essencialmente moral, para que se tornassem criaturas racionais. Ou seja, é do poder de polícia que a *Didactica Magna* trata: um poder que estende suas atividades a todas as situações, a tudo o que é realizado pelos humanos e que os vigia, enquanto seres ativos, vivos e produtivos.

Tal intervenção moral-racional, no domínio da educação escolar, exerce seu poder político sobre as crianças, proporcionando-lhes um pouco mais de vida, e, ao fazê-lo, proporciona também ao Estado, um pouco mais de força. O objetivo específico da polícia define-se como a vida em sociedade de indivíduos vivos; por isto, a polícia vela sobre o que está vivo. É sua missão garantir que o humano sobreviva, viva, e inclusive faça algo mais do que viver (cf. Foucault, 1981).

Calcada na racionalidade do Estado moderno, a forma de educação comeniana cria regras de poder que, por sua vez, criam o tipo de razão dominante na educação escolar. Essas regras corporificam-se em uma máquina física universal, embora subordinada à concepção religiosa e humanitária – idéias de Deus e de Natureza –, a qual, para funcionar, pressupõe a constituição de um certo tipo de saber, correlato à da razão de Estado: um saber concreto, preciso e ajustado à potência do Estado.

Se a Estatística foi o domínio onde o saber de Estado se desenvolveu, a Pedagogia será o domínio em que a arte de governar os infantis e suas vidas se produzirá. A Pedagogia consubstanciará a educação escolar, sendo, ao mesmo tempo, uma arte de governar e um método para analisar tanto as populações quanto cada indivíduo pedagogizado, porque sua racionalidade foi, desde o princípio, individualizante e totalitária, como pode ser constatado na *Didactica* – magna enunciação do poder de polícia pedagógica.

A partir de então, os discursos sobre a vida de cada infantil e sobre a população infantil – seu bem-estar e felicidade –, entram em um espaço de fermentação no próprio campo do exercício do poder de polícia pedagógica: incitação institucional a falar da infância e a falar cada vez mais, tendo em vista a arte de torná-la governável – isto é, capaz de levar uma vida útil, dócil e prática – para, dentre outras necessidades estratégicas, aumentar as forças do nascente Estado capitalista.

Será, dentre outros, Rousseau quem, no Oitocentos, falará até a exaustão dessa arte de governo das crianças, associando o infantil, após uma longa gestação, ao primitivismo, ao irracionalismo e ao pré-logismo. Da infância assim significada só poderá falar, porque as Luzes estarão enterrando um antigo regime social, político, econômico, cultural, e também um antigo modo de relações entre crianças e adultos. Estes não serão mais os mesmos, desde que começaram a ser vistos e enunciados a partir da atitude de Modernidade, qual seja, a concepção do humano como sujeito individual, autônomo, racional. Aquelas também não serão mais as crianças que eram, pois estarão tomadas, a

partir de agora, em referência a tal Sujeito-Uno: aqui é que começa a produção de sua vida como o “outro” do adulto, colocada sob a égide da menoridade, dependência, carência, inferioridade, necessidade de suplência (cf. Corazza, 1998c). Pois, se não são, ainda, moralmente autônomas e racionais, deverão vir a ser por esforços da pedagogização.

Finalmente, terá emergido o corpo infantil que só apareceu porque decaído. A educação escolar fará sua parte, enquanto tecnologia de governo que, se parecia fazer entrar a alma moral da criança no palco da história, não é menos do que uma das transformações históricas nos modos como esse corpo vem sendo investido pelas relações de poder-saber que estabelecemos com o infantil.

Relações que, desde duas tramas históricas distintas, em dois campos homogêneos, aconteceram em um espaço, segundo uma lei e como efeito de raridade, pelos quais não houve reduplicação, nem texto embaixo da superfície. Ao contrário, deram-se pela descrição explícita de uma infância tornada um “caso de polícia”, por efeitos da qual poucas coisas puderam – e podem – ser ditas acerca do infantil, a não ser as seguintes regularidades enunciativas: 1. O infantil existe. 2. É específico. 3. É inocente. 4. Integra a humanidade. 5. É culpado: pecou, é irracional, é imoral. 6. Deve ser educado, racionalizado, moralizado, salvo.

Assim o infantil foi constituído, na história da infantilidade, pelo conjunto daquilo que foi dito no grupo de todos os enunciados, e daquilo que foi exercido por todas as práticas não-discursivas que o nomearam, descreveram, explicaram, contaram seu desenvolvimento, indicaram suas diversas correlações, julgaram-no e eventualmente emprestaram-lhe a palavra. Palavra que, primeiramente, articulou, em seu nome, discursos que deviam fazer passar por seus, tal como no Batismo. Palavra que, depois, será tomada em nome próprio, conformando todas as vicissitudes que lhe tocou viver, até hoje.

Os peixinhos danados na água da salvação

Em nossos dias, o rito cristão do batismo de crianças é celebrado por meio dos seguintes símbolos: 1. *Água* – Símbolo da vida. Na água, somos gerados para a vida, e na água batismal as crianças são geradas para a vida divina. 2. *Óleo* – Aplicado no peito da criança, significa uma massagem espiritual que é feita junto ao coração para que a criança tenha condições de assumir e viver a vida cristã. Aplicado na testa, significa a consagração ao Senhor. Assim como os reis antigos da Bíblia eram ungidos na fronte, assim a criança é ungida para significar que, a partir do Batismo, pertence ao Senhor. 3. *Vela* – É acesa pelo pai, no Círio Pascal, símbolo do Cristo vivo e ressuscitado. Significa que, em Cristo, a criança torna-se “luz” e deve iluminar o mundo em que vai viver. Os pais devem ser a primeira luz na vida da criança e indicar-lhe o caminho a

seguir. Isto se fará pelo exemplo e testemunho, que é a melhor maneira de ensinar (cf. *O sacramento...*, s.d.).

Para os cristãos, atualmente, o batismo reveste-se das seguintes significações:

1) Um começo novo para o homem, um renascimento, uma nova criação. Com este começo novo, desaparece a escravidão do passado e funda-se, de maneira definitiva, a esperança. Começa uma nova história, a história da liberdade, na qual o homem pode inserir-se por livre opção. 2) É necessário à salvação. No *Evangelho de João*, está escrito: “Em verdade, em verdade vos digo, quem não nascer da água e do Espírito Santo não poderá entrar no reino de Deus”. Isso constitui uma paraclese, ou seja: ao mesmo tempo, uma advertência, um mandato e uma consolação, e apela à liberdade de opção do ouvinte. 3) Encontra-se em conexão com a missão de evangelizar. O batismo aparece como a forma pública de expressar a profissão de fé, que tende ao batismo como sua plenitude. 4) Pelo batismo, somos libertados do pecado original, submetendo-nos ao Senhor. Através do batismo, Cristo ressuscitado torna-se o conteúdo e o critério de nossa salvação. Daí sua significação salvífica: somente se salva quem for batizado. 5) Somos inseridos numa nova relação humana, tornando-nos membros da Igreja. Nela entramos por este novo nascimento, que possibilita uma vida nova na liberdade e no amor. Nesta vida nova, irrompe a nova criação. 6) O batismo é uma prática que exige fé. A fé, enquanto entrega total da pessoa a Deus e aceitação de sua graça, é condição *sine qua non* para o batismo. 7) O sacramento do batismo não é um “sinal mudo”. A palavra proclamada faz parte do sacramento, bem como o “banho de água”, no qual a “semente incorruptível” da Palavra de Deus produz seu efeito vivificante (cf. Zilles, 1995).

Na sua origem grega, o termo “batismo”, etimologicamente, significa o ato de mergulhar, imergir, banhar. Conota um elemento líquido, a água. É o primeiro dos sete grandes sacramentos da Igreja Católica. São Gregório Nazianzeno resumiu o batismo: “é o mais belo e o mais magnífico dom de Deus. Chamamo-lo de dom, graça, unção, iluminação, veste de incorruptibilidade, banho de regeneração, selo de Cristo, e tudo o que existe de mais precioso”. Dom, porque é conferido àqueles que nada trazem. Graça, porque é dado até a culpados. Batismo, porque o pecado é sepultado na água. Unção, porque é sagrado, tais são os que são ungidos. Iluminação, porque é luz resplandecente, que faz o neófito passar das trevas à luz. Veste, porque cobre nossa vergonha. Banho, porque lava os pecados. Selo, porque nos protege e é o sinal do senhorio de Deus.

Sendo a água o símbolo dos abismos que ameaçam a humanidade, ser imerso nela significa penetrar na profundidade dessa ameaça, e emergir significa passar pela morte, vencer as forças hostis: implica em purificação e liber-

tação. A água é também o símbolo da força que dá a vida, e o rito batismal significa renascer para uma vida nova. O batizando passa da “morte do pecado” e da condição de “homem velho” à vida da ressurreição e de “homem novo”. O Batismo é o rito que simboliza a transição da morte para a vida. Por ele, fica expressa a auto-transcendência permanente do homem. A água, no batismo, é, antes de tudo, o grande dom da criação para o homem, para sua vida.

O documento mais antigo que trata sistematicamente do batismo é o livro *De Baptismo*, de Tertuliano, escrito entre os anos 200-205. Ele inicia pela louvação do “sacramento da água”: “desta água que lava nossos pecados contraídos no tempo de nossa cegueira original e nos liberta para a vida eterna”. Para Tertuliano, Deus serve-se das coisas humildes, como a água, para realizar seus planos. De modo irrefutável, nós somos “os peixinhos”, que nascemos na água, e que, segundo nosso *Ychlys*, “só somos salvos permanecendo na água”.

No capítulo relativo ao *Batismo de crianças*, Tertuliano adverte que não se deve batizar temerariamente: “Não queirais dar o santo aos cães e lançar a pérola aos porcos”. Além de testemunhar a prática de batizar crianças, já no início dos 200, sua argumentação contrária registra que as justificativas, já então, possuíam o caráter pastoral do presente. Caráter que articula o batismo a compromissos relativos à educação cristã dos batizados, por parte de pais e padrinhos (cf. Zilles, 1975).

Desde os séculos IV e V, generalizou-se a prática de batizar as crianças. Na *Constituição Apostólica de Hipólito* (cerca de 215), lê-se: “Primeiro deveréis batizar os pequenos. Todos os que podem falar por si. Para aqueles que não podem falar em seu próprio nome, deverão fazê-lo os pais ou um outro que pertence à sua família”. Por volta de 240, Orígenes afirma, em suas homílias, que a Igreja recebeu a tradição apostólica de batizar crianças. O *Evangelho de Lucas* menciona três vezes o batismo de crianças, e Gregório recomenda protelar o batismo até a idade de 3 anos, desde que não exista perigo de morte.

No tempo de Santo Agostinho, em começos do século V, o batismo já era uma prática universal. Ele a justifica por intermédio da doutrina do Pecado Original. Ensina que todos, sem exceção, pecaram em Adão, e formam uma *massa damnata*. Tal pecado privou o homem da justiça original e do adjutório da graça: todos pecaram e herdaram a concupiscência, a ignorância e a mortalidade. Permaneceu, contudo, a liberdade de poder ou não pecar. Por esta razão, todos precisam da graça libertadora ou redentora de Cristo. Esta graça chega ao homem através do batismo, motivo pelo qual também as crianças devem ser batizadas: mesmo que não tenham culpa pessoal, mesmo que sejam batizadas sem a disposição normal, ou seja, sem a fé pessoal, que não lhes pode ser exigida, em função de sua tenra idade.

No Concílio de Cartago, em 418, os cerca de duzentos bispos falaram pela primeira vez no Pecado Original, usando o termo *vitium originale*. Eles afirmaram que o batismo das crianças era ministrado *in remissionem peccatorum*, ou seja, para a remissão do Pecado. O Concílio de Orange, de 529, repetiu a doutrina de Cartago e acrescentou que, pelo Pecado Original, a vontade humana foi ferida em sua liberdade, enfraquecida pelo mal, mas não destruída. Tomás de Aquino, no século XIII, defendeu o batismo das crianças a partir do Pecado e da fé da Igreja, distinguindo o *habitus fidei* do *actus fidei*: embora, as crianças sejam incapazes do “ato de fé”, o batismo lhes fornece “o hábito da graça”, que as capacita a posteriores atos de fé e caridade.

A obrigatoriedade de batizar os recém-nascidos começou na segunda metade do século VI, com o Édito *Romanus XI*; e, na Espanha, foi confirmada pelos Concílios de Gerona (517), de Lérida (524), e de Toledo (681) (cf. Zind, 1987, p. 18-19). O Concílio de Trento, em 1546, reforçou o relacionamento entre a doutrina do Pecado Original e o batismo das crianças. Ainda no século XVI, os anabatistas rejeitaram a validade deste batismo. No XX, ressurgiu a discussão sobre tal prática, em torno de sua conveniência pastoral. Mas, tanto o Concílio Vaticano II, quanto o Papa Paulo VI, em 1968, ratificaram o batismo das crianças em sua vinculação com o Pecado Original. Ratificação vigente até hoje (cf. Zilles, 1995).

Vidas depois da vida

Infância para o Outro. Alguns historiadores da infância admitem a presença do infantil nas culturas, por eles chamadas, “primitivas”. Nelas, a criança era, precocemente, obrigada a participar de processos de adultização, promovidos por cerimônias iniciáticas que davam acesso ao uso das armas ou à atividade sexual. Nos estudos etnográficos e antropológicos – como os de Margaret Mead sobre a comunidade Samoa, ou os de Lévi-Strauss sobre a tribo amazônica dos índios Nambikwara –, descreve-se que as crianças recebiam um tratamento ambíguo por parte dos adultos. Tratamento que ora se exercia na direção do infanticídio, ora atendia a suas necessidades básicas (cf. Cambi e Ulivieri, 1988; Pollock, 1983; Trisciuzzi e Cambi, 1989).

Para essa perspectiva historiográfica, a infância era dotada de um valor coletivo para a comunidade primitiva. Era “uma infância para o outro”, cuja identidade era tida como socialmente subalterna, embora estivesse colocada no centro da vida social, e fosse significada enquanto “começo do mundo e garantia da continuidade do grupo”. Tal situação não se modifica muito no mundo greco-romano. Embora, neste, prevalecesse a imposição da regulação, do domínio e da violência, representada pelo “medo ao pai”: pai, como senhor da vida e da morte, presente nos mitos, como no de Édipo, e expressa juridicamente na lei do *pater familias*.

As figuras autoritárias e violentas do pai e seu substituto, o Mestre, são consideradas provas da “falta de sensibilidade especial ao mundo da infância”. Falta, decorrente da principal característica da sociedade greco-romana, que valorizava a figura do adulto viril. Figura cujo corpo encarnava a força e a harmonia, e em cuja mente predominava a racionalidade. Sociedade que considerava a infância um período irracional, marginal, uma fase imperfeita, embora preparatória. Para ela, a vida da infância não era valorizada, mas, ao contrário, sobrevivia “na sombra do cotidiano”, sendo decretada, implicitamente, como insignificante.

Para Ariès (1975, 1981, 1986), foi o desenvolvimento da cultura escrita e das estruturas educativas – relacionadas a fatores demográficos e sociais, como a diminuição da mortalidade infantil, a extensão das práticas contraceptivas e novas formas de vida familiar –, difundidas a partir do século XII, que configurou as possibilidades de emergência da sensibilidade moderna para com a infância. Sensibilidade que teve uma gestação longa e gradual, a partir da segunda metade da Idade Média, e que se impôs como um movimento em constante progresso.

O historiador afirma que, na Roma Imperial, também é possível encontrar uma correlação entre a educação, à maneira grega, e a valorização da infância, expressa pelo lugar que esta ocupava na arte e na decoração; por numerosos epitáfios, em que os pais narravam sua tristeza pela morte dos filhos, cuja idade era indicada com precisão, em meses e dias; por Plauto, que assinalava a importância do lactante no grupo das nutrizes; e por Terêncio Varrão, que descreveu um pai que, com carinho, segurava nos braços um filho recém-nascido.

Durante a Idade Média, a infância teria perdido essa peculiaridade positiva que tivera nos primeiros tempos romanos e se dispersara, sendo a criança vista como um “homem pequeno”, que logo deveria tornar-se um homem completo. Ou seja, a infância teria voltado a ser o que era na Roma Republicana: uma imagem negativa, tal como Catulo comparara – “estúpido como uma criança” (Ariès, 1986).

Distinguindo entre a infância, tal como era percebida na Roma Imperial e na Republicana, Ariès mostra que, neste duro ambiente de guerreiros, a debilidade física e racional da criança representava uma fase imperfeita e marginal da vida, não parecendo nada agradável nem gentil, sendo, ao contrário, “intolerável”. Foi necessário que a cultura ocidental dotasse o Menino Jesus com o atributo de “divino”, para que este também se livrasse de tal significação negativa, e as crianças pudessem representar as almas dos mortos e os anjos celestes.

Do “Bem”. Com o Cristianismo, ocorreu uma primeira ruptura na antiga imagem negativa ou insignificante da infância (cf. Trisciuzzi e Cambi, 1989; DeMause, 1995; Lyman, Jr., 1995; McLaughlin, 1995; Ross, 1995). Também

Ariès (1981), em 1960, sublinha a importância da cristianização dos costumes, dos séculos XIII ao XVII, para o nascimento do sentimento moderno de infância. Analisa as imagens das crianças santas, do Menino Jesus e da Virgem Maria. Ressalta o respeito que o cristianismo conferiu à alma imortal das crianças. Respeito que forjou a nova sensibilidade, em tudo oposta à antiga indiferença por sua morte, que fazia as pessoas enterrarem os cadáveres das crianças nos jardins, como se fossem cães ou gatos.

O processo de cristianização do Ocidente começou a pensar e a propor que a criança já continha a personalidade de um homem – “como normalmente acreditamos hoje”, acrescenta Ariès. Tal processo articulou as mudanças das condições demográficas às influências cristãs que respeitavam, na criança batizada, sua alma imortal. Essa nova importância dada à personalidade das crianças precedeu, em mais de um século, a mudança das condições demográficas, o malthusianismo e a extensão das práticas contraceptivas, por efeitos dos quais a idéia do “desperdício necessário” da mortalidade infantil desaparecera.

Em 1973, Ariès (1981, *Prefácio*) reafirma a importância da influência do cristianismo para a produção moderna do sentimento de infância, acrescentando que a “história do batismo” das crianças ainda está por ser feita. Lamenta não tê-la abordado, e afirma esperar que ela tente algum “jovem pesquisador”. Porque esta história permitiria reconhecer a atitude ocidental diante da vida da infância, em épocas remotas e lugares ermos, pobres de documentos: “não para confirmar ou modificar a data do início de um ciclo, mas para mostrar como, dentro de um polimorfismo contínuo, as mentalidades antigas se transformaram aos solavancos, através de uma série de pequenas mudanças”. A história do batismo funcionaria como “um bom exemplo deste tipo de evolução em espiral”.

Em 1979, o historiador escreveu que a significação negativa – atribuída à infância pelo mundo greco-romano – mudou ao longo dos séculos II e III, em termos de um modelo distinto de família e de criança. Porém, não por méritos do cristianismo, já que “os cristãos somente se apropriaram da nova moral” (Ariès, 1986). De todo modo, diz ele, vale lembrar que o Evangelho realiza uma precisa e explícita valorização da infância, quando fala de um abrangente “ser humano”, que se refere “a qualquer um, de qualquer idade e condição, filho do único Pai e igual a ele”. Traz como exemplo o *Discurso da Montanha*, em que as crianças são descritas como puras de coração, simples, desejosas de amor, necessitadas de proteção e também as mais próximas a Deus.

No cristianismo primitivo, teria existido um amplo reconhecimento do valor da infância, que penetrou nos rituais da Igreja – como o renascimento no batismo – onde a criança ia vestida de branco; em seu lugar central, nas imagens religiosas da Sagrada Família; em sua importância, manifesta pela existência de sepulcros infantis nas catacumbas. Nessas práticas religiosas, a infância de Cristo representava o modelo ideal da vida infantil e adulta.

Através do batismo, os adultos deveriam tornar-se tais como as crianças, e modelar a própria vida ulterior, imitando Cristo-Menino. Já com a fusão do Cristianismo na sociedade romana, sancionada pelo Édito de Constantino, em 313, teria ocorrido uma profunda mudança neste modo de ver a infância: prevalecera a imagem antiga que a inferiorizava. As crianças eram concebidas como socialmente marginais e como sujeitos aprisionados ao Pecado Original: naturalmente orientados ao mal, e necessitados de correção, controle e formação.

Se o surgimento do Cristianismo introduzira perspectivas menos sombrias para as vidas das crianças, foram as ditas “decadência do Ocidente” e a incorporação das culturas “bárbaras”, pelas tribos de civilização romana, no mundo mediterrâneo, que resultaram no triunfo da religião sobre os piores abusos cometidos com as crianças na Antigüidade. Para a civilização romana, toda criança possuía um intelecto a ser desenvolvido e uma alma a ser salva. Mas a ambivalência entre esta concepção e aquela de sua fraqueza e marginalidade continuaria presente em toda a época romano-cristã.

O Cristianismo empenhou-se em destacar o nascimento e a primeira infância de Cristo, para explicar a natureza do parto virginal e da infância humana. As crianças não eram concebidas como totalmente más, enquanto “virgens de pecado”. E, por representarem novos adeptos em potencial, interessavam à Igreja pela utilidade de sua função na disseminação da fé cristã. Os padres da Igreja passaram a fomentar a compaixão pelas crianças, porque elas tinham alma, eram importantes para Deus, e, principalmente, porque eram educáveis: não se devia matá-las, nem machucá-las ou abandoná-las. No século IV, a Igreja fez pressão sobre o Estado para que proibisse, pela legislação, todas as práticas de infanticídio, intencional ou tolerado, que colocavam em risco as vidas das crianças, ao mesmo tempo, em que fortaleceu mecanismos para dotar de importância crucial o papel da mãe na criação dos filhos.

Do “Mal”. Durante a Idade Média, a teologia cristã sustentou o predomínio da imagem negativa da infância e uma prática autoritária no governo das crianças. Crianças que eram então avaliadas por sua natureza má, e pelo testemunho que dão da culpa original que todo o gênero humano traz impressa. Tal justificativa religiosa aliava-se à alta mortalidade infantil, nas classes populares, determinada pelas condições de vida, pobreza, higiene, e a carga que representava um filho para a economia da família, com o risco de maior empobrecimento daí decorrente. Nas classes abastadas, a infância não fugia desse mesmo parâmetro, sendo as crianças iguais aos servos, deixadas à margem dos palácios, submetidas à autoridade do Mestre, cuja educação funcionava de acordo com esta mesma imagem negativa.

Santo Agostinho, em *Confissões* e *De civitate Dei*, define a infância como “uma idade não inocente”, nutrida por ciúmes, sujeita “sem qualquer resistência à carne”, dedicada aos “prazeres viciosos”, a “ações vergonhosas, cruéis e ímpias”. Ele explica o que entende por “pecado da infância”: “Se deixássemos

o filho do homem fazer o que lhe agrada, não há crime em que não se precipitaria”. Para o teólogo, a infância é o mais forte testemunho de uma condenação lançada contra a totalidade dos homens, pois ela evidencia como a natureza humana corrompida precipita-se para o mal. Deste modo, a criança é símbolo da força do mal, um ser imperfeito, esmagado pelo peso do Pecado Original.

Sentindo-se moralmente culpado, Agostinho indaga, nas *Confissões*: “Fui concebido na iniquidade (...) é no pecado que minha mãe me gerou (...) onde, portanto, Senhor, onde e quando fui inocente?”. O pecado de uma criança, como, por exemplo, o de desejar o seio chorando, em nada difere do pecado de um adulto: “Não é um pecado desejar o seio chorando? Pois se eu desejasse agora, com o mesmo ardor, um alimento conveniente à minha idade, seria alvo de zombaria (...) trata-se portanto de uma avidez má, visto que, ao crescer, nós a debelamos e rejeitamos” (cf. Badinter, 1985).

Quanto às palavras de Jesus, “Deixai vir a mim as criancinhas”, Agostinho diz que Cristo não quis expressar a inocência infantil, e sim provar sua suprema humildade. Ao mesmo tempo, Jesus estabelecia que a vontade infantil era tão negativa, no sentido de uma ausência da verdadeira vontade, que não podia ser nunca má e opor-se conscientemente à vontade de Deus. Mas, como para todas as criaturas, também para as criancinhas, incluídas as de peito, existia lugar no plano divino – desde que fossem severamente educadas. Esse pensamento agostiniano seria retomado, até o fim do século XVII, influenciando as práticas educacionais, que concebiam a infância como uma fase da vida contra a qual se devia lutar, por ser um estado negativo e corrompido.

No ano 413 d.C., São Jerônimo escreveu ao pai de uma menina recém-nascida, vaticinando: “Morte e destruição serão os brinquedos de sua infância. Conhecerá as lágrimas antes do riso, a tristeza antes da alegria. Apenas chegada a este mundo, haverá de sair dele”. (cf. Lyman, Jr., 1995). No século XVI, Vives, pregador espanhol, denuncia a ternura e o tratamento tolerante que as mulheres propiciavam aos filhos: “Mães, compreendei que a maior parte da malícia dos homens vos deve ser imputada. Pois vós rides de seus erros com vossas loucuras; vós lhes incutis opiniões perversas e perigosas (...) e os lançais a atos diabólicos com vossas lágrimas e compaixões culpáveis” (Badinter, 1985).

Analisando o papel que as crianças desempenharam historicamente como recipientes para as reações projetivas do inconsciente dos adultos, DeMause (1995) recolheu uma série de escritos, que presentificam a ausência de qualquer sentimento de culpa nos adultos pelas surras, descuidos fatais, mortes, abandonos, mutilações das crianças. Afirma: “À utilização da criança como ‘recipiente’ para as projeções do adulto subjaz a idéia do pecado original”. Durante mais de oitocentos anos, os adultos estiveram de acordo em que o recém-nascido estava manchado e corrompido pelo Pecado herdado dos Primeiros Pais, através da Carne.

Re-nascimentos, ressurreições. Essas formas ambivalentes “do infantil do Bem” e “do infantil do Mal”, atribuídas às crianças, desde o Cristianismo, talvez pudessem explicar por que as crianças foram, até a Idade Média, equiparadas aos adultos, tal como a produção de Ariès demonstrou. Poderia ser perguntado sobre que tipo de especificidade teriam as crianças se, de um lado, eram tão culpáveis quanto os próprios adultos? E, além disto, carentes de toda vontade e da consciência necessárias para superar tal desígnio de culpabilidade?

Os/As adultos/as usarão uma série variada de mecanismos para minimizar, controlar e sujeitar essa condição pecaminosa da criança, considerada como estando a ponto de se converter em um ser totalmente “malvado”. Desde o enfaixamento bem apertado, passando pelo terror – em que se a assustava com espíritos, fantasmas, máscaras, cadáveres –, pelo chicote, controle da evacuação, infanticídio, abandono, mecanismos ortopédicos para impedir a masturbação, etc., até a disseminação massiva da prática do batismo das recém-nascidas.

Pelo batismo, as crianças nasciam de novo, não mais da família natural, e sim da família espiritual, cuja acolhida era imprescindível, porque as crianças não eram inocentes, haja vista a quantidade de sofrimentos que padecem. Como só o batismo abria “o caminho da salvação”, houve modificações na primeira forma deste ritual (cf. McLaughlin, 1995).

Mantido até os séculos XI e XII, esse ritual era realizado duas ou três vezes ao ano, em datas fixas – geralmente, na véspera da Páscoa e de Pentecostes –, de forma pública. As crianças eram mergulhadas, em grandes cubas semelhantes a banheiras, “o que comprova que elas não deveriam ser muito pequenas”. Não existiam ainda registros de catolicidade, nem certidões, e nada obrigava os pais a batizar os filhos – além de sua própria consciência, da pressão da opinião pública, e do medo de alguma autoridade distante, negligente e desarmada.

Muitas crianças eram batizadas com um atraso de vários anos. A mortalidade elevada das recém-nascidas, que ficavam sem o batismo, levou a Igreja a ordenar, a partir do século XIII, a troca dos batismos coletivos, por imersão, pela forma do batismo individual, ou em pequenos grupos, feito por aspersão, tendo existido um período em que os dois modos foram empregados.

Integrando a luta da Igreja contra o infanticídio, a obrigatoriedade moral e religiosa de batizar as crianças aparecia nos manuais dos confessores e nos sermões, junto às admoestações em favor do aleitamento materno e de proteção a suas vidas. Os locais de culto foram multiplicados, a fim de permitir aos religiosos chegarem mais depressa à cabeceira da mãe que dava à luz. O segmento religioso dos “mendicantes” exerceu uma pressão maior sobre as famílias, para que ministrassem o batismo o mais cedo possível após o nascimento. As parteiras foram, então, autorizadas a batizar as crianças que não nasciam a termo – *usque in utero*.

Quando realizado nas igrejas, o batismo era uma cerimônia solene: os recém-nascidos eram batizados com um traje branco – chamado *traje de cristianar*, em espanhol –, simbolizando a inocência a ser alcançada, o qual continuava vestindo o bebê por mais um mês após a cerimônia. Os padrinhos levavam uma vela acesa nas mãos, simbolizando a luz divina. A criança era submergida desnuda na pia batismal, a menos que fosse doente, já que sua carne deveria ser purificada. Colocava-se sal na boca da criança, que simbolizava o dom da sabedoria dispensado pelo Espírito Santo. Também se lhe ungiu, com óleo, a fronte, as orelhas e o nariz, como símbolo da proteção do Espírito Santo, bem como, para recordar a cura da surdez, feita por Cristo.

Vinculada à cerimônia do batismo, existia a da “Apresentação da Mãe” na Igreja inglesa. Para poder batizar um filho legítimo, a mãe deveria fazer penitência na igreja, ou no mercado, vestida também com um traje branco. Esta apresentação seguia um antigo costume hebreu que acreditava na necessidade da mulher purificar-se após o parto, por haver ficado “manchada”. Até os séculos XV e XVI, os monarcas fizeram desta apresentação um complicado e sofisticado cerimonial (cf. Tucker, 1995).

Durante o batismo, acreditava-se que o Diabo deixava o corpo da criança recém-nascida. A crença de que a criança que chorava, ao ser batizada, estava expelindo o Demônio, persistiu durante muito tempo, mesmo depois da supressão formal do exorcismo pela Reforma. Inclusive, quando a religião não mais ressaltava o Demônio, as crianças aleijadas, doentes, ou que choravam muito, eram designadas como seres possuídos por ele.

Existiu uma literatura abundante sobre o roubo de crianças sadias e sua substituição por crianças disformes. Muitas crianças foram mortas porque, como se dizia, estavam “possuídas por um demônio”, ou submetidas ao poder do Diabo, e algumas crianças morriam nessa situação. Era costume reconhecer as crianças endemoniadas, dentre aquelas que gritavam de forma lamentável, ou que, embora quatro ou cinco mulheres as amamentassem, não cresciam nunca.

Podemos apreciar o lugar do corpo infantil, onde se acreditava que o Demônio se alojasse, nesta punição do século XIX: ordenando ao menino que se despisse e se lançasse de bruços no banco, o pai começara a manejar vigorosamente as correias de couro. Então, disse-lhe: “Em toda pessoa existe um espírito bom e um espírito mau. O espírito bom tem sua própria morada, que é a cabeça. Também o espírito mau tem sua morada, e é aqui onde recebes estes açoites” (cf. DeMause, 1995).

Nas relações das mulheres com seu corpo, essas concepções tiveram importância para as infanticidas, tal como foi encontrado em processos jurídicos do século XVI (cf. Olivieri, 1986). Para elas, o batismo dos filhos recém-nascidos funcionava como um atenuante a seu crime. Aquelas que não haviam batizado o filho, antes de matá-lo, eram punidas com a pena máxima, inclusive com a morte. Enquanto as infanticidas que tinham providenciado tal sacramento recebiam reduções das penas, em função de, ao menos, terem assegura-

do a salvação eterna da criança. Dentre as crianças expostas, a maioria era batizada, em casa, às pressas, antes de ser abandonada na Roda dos Expostos, e os bilhetes que as acompanhavam, invariavelmente, registravam a ocorrência ou não desta situação (cf. Vinyoles y Vidal, 1986; Corazza, 1998a).

A história do batismo teve seu momento culminante durante o século XIV. Foi, a partir de então, que as crianças tornaram-se mais numerosas no folclore religioso dos *Miracles de Notre-Dame*. Dentre esses milagres, o mais relacionado ao batismo narra a ressurreição das crianças mortas sem este sacramento. Seus corpos eram depositados no altar, e esperavam-se sinais de sua reanimação. Assim que se erguiam, pelo tempo exato de receber o sacramento, eram batizadas. Nos séculos XVI e XVII, tais milagres tornaram-se triviais, e existiam santuários especializados nesse gênero de espetáculo. No primeiro domingo da Quaresma de 1558, na igreja *Annonciade*, de *Aix-en-Provence*, além da reanimação dos cadáveres de crianças, todas as velas acenderam-se sozinhas, durante a suspensão da morte de crianças sem batismo (cf. Ariès, 1981).

Matriz dos anjos. Até aqui, este ensaio descreveu os seguintes mecanismos: a criança é significada como desprezível e impura, pois nascida do pecado da carne – um ser degradantemente sexualizado. O sacramento do batismo é posto em funcionamento, como sua possibilidade de redenção e de purificação. De tal modo era importante que, neste dia, a criança purificava-se, ingressava em uma comunidade religiosa e moral, davam-lhe um nome e padrinhos e, geralmente, entregavam-na a uma ama-de-leite, por período indeterminado, começando aí uma longa separação de sua família de origem.

Ao contrário do entendimento de Ariès (1981) sobre o batismo, que afirmou que as pessoas descobriram “a alma das crianças antes de seu corpo”, sob pressão das tendências reformadoras da Igreja, a análise feita considera o batismo como “a matriz geral da infantilidade ocidental”. E, enquanto tal, como a primeira intervenção de ortopedia moral que o Ocidente realizou sobre o corpo infantil.

Se não, vejamos. 1. No domínio religioso, por efeitos do rito batismal, as crianças culpadas eram – e ainda são – purificadas do Pecado Original, e tornam-se finalmente inocentes, provindo daí a idéia de inocência infantil. 2. No domínio secular, por efeitos de mudanças na família conjugal e, especialmente, nas práticas educacionais, esse deslocamento realiza-se na série histórica que promove a passagem “do despudor à inocência”, surgindo daí a idéia de inocência infantil. 3. Da perspectiva deste estudo, é possível afirmar que esta inocência – apontada por Ariès como o primeiro eixo epistemológico e sentimental para o reconhecimento moderno da infância, que vai tomar corpo no *mignonage*, ou na paparicação familiar – constitui, como condição de possibilidade para sua emergência, o dispositivo do batismo.

Pois, tendo por modelo a Cristo menino, como seria possível que as crianças não fossem inocentes? Como os padres da Igreja enunciavam: se as crian-

ças eram como Cristo – e se os adultos deveriam ser como crianças, diante de Deus, pois eram “seus filhos” e deveriam tornar-se, por uma vida de fé e de boa moral, tal como elas –, como as crianças poderiam ser sexualizadas, conhecer o mal, estarem manchadas pelo maior pecado, que era o Original? A própria representação do drama fundamental da liturgia cristã, a paixão de Cristo, não começava por seu nascimento, enquanto criança, e era encenado como o primeiro ofício do *Opus Dei*?

Os séculos XIII e XIV representaram os anjos sob a aparência de um rapaz muito jovem, de traços redondos e graciosos, rosados e bochechudos, próprios de meninos recém saídos da infância, tais como os retratados por Guirlandayo, Botticelli e Fra Angélico. A fase gótica trouxe a imagem da nudez infantil, como alegoria da morte e da alma. Os séculos XV e XVI tiveram fascínio pela relação do Menino Jesus com sua mãe, pois a infância ligava-se ao mistério da maternidade da Virgem e ao culto de Maria.

O tema da infância sagrada, desde os séculos XIII e XIV, não parou de se ampliar e diversificar: a infância de Jesus menino, a infância da Virgem Maria, a de São João, São Tiago, e a dos filhos das mulheres santas, Maria-Zebedeu e Maria Salomé; daí passando para a atribuição maciça às crianças de nomes de santos populares, ou outros nomes sagrados, como os de Pedro e Batista, repetindo-se os nomes de João, Tomaz, Guilherme, Eduardo, Ana, Maria, Izabel.

Assiste-se à grande devoção aos anjos-da-guarda do século XVII, que eram dados, cada um a uma criancinha, por ocasião de seu batizado. A farta iconografia profana representava as lutas dos *putti*, as crianças mortas do século XVI, os retratos de famílias, com seus filhos. Os pequeninos perdem suas asas de anjos e inundam a iconografia leiga, saltitando entre as cenas de gênero, pinturas anedóticas e cenas da vida cotidiana. As crianças são pintadas brincando nas ruas lamacentas, urinando ou jogando nas esquinas, ouvindo lições de religião, assistindo aos milagres e martírios, como aprendizes dos primeiros ofícios, ou então sonolentas ou ternas nos colos maternos (cf. Ariès, 1981; Priore, 1996).

Ariès indica o sentido da inocência infantil, central para a produção da infância moderna, como resultado do transcurso da livre manipulação sexual das crianças – a qual caracteriza como a fase de “despudor” –, operado pela literatura pedagógica e moralista desde o Renascimento. DeMause (1995) descreve alguns modos dessa manipulação sexual, tais como: ataques sexuais aos escolares, pelos pedagogos e mestres; abusos sexuais cometidos pelo pai; masturbação, *fellatio* e cópula anal com as crianças; homossexualidade entre homens adultos e jovens livres, na Grécia; prostituição infantil; apalpação do pênis; castração de meninos de berço, na Roma Imperial, e sodomização nos lupanares; etc.

Contudo, é possível encontrar, em anterioridade a esta gravidade moral, a necessidade prática de um dispositivo que fez atuar as forças opostas entre a

concepção do pecado original e a absoluta inocência modélica de Cristo-Menino, a ser imitada: o batismo. Não se pense que alguém possa afirmar que estes dois mecanismos tenham utilizado as mesmas táticas e as mesmas relações de poder e de saber: apenas que são linhas de força constituidoras do sujeito infantil ocidental.

Depois do batismo, as crianças eram atribuídas de inocência, já reconhecida pelo folclore medieval. Os leões, ao contrário dos homens imorais, não atacavam os inocentes, incluídas as crianças. O branco, símbolo de pureza e inocência, era atributo próprio das crianças. No funeral de uma delas, predominava o branco: a defunta era vestida de branco, o caixão era branco, e os acompanhantes iam vestidos de branco. Se as crianças morriam com menos de um mês de idade, eram enterradas vestidas com o traje do batismo. As crianças decoravam as bordas dos afrescos e convertiam-se em amuletos que traziam “boa sorte” (cf. Tucker, 1995).

Instalava-se então uma tendência a tratar as crianças pequenas como “neutras”, como carentes de qualquer apetite sexual. E se, algumas vezes, eram vistas como “agentes do mal”, eram agentes do mal assexuados, ao menos até que chegassem à puberdade. Por efeitos do batismo, era tão grande sua inocência que se acreditou, por muito tempo, que a criança impúbere fosse alheia e indiferente à sexualidade, de modo que os atos e as alusões não provocavam conseqüências sobre ela, perdendo sua característica sexual, por não terem como macular a inocência infantil. Quando o final do século XIX redescobriu a sexualidade infantil, nada mais fez do que tornar visível o que educadores e moralistas há mais de três séculos já se empenhavam não em reprimir, mas em incitar, nos internatos, colégios e orfanatos (cf. Foucault, 1989, 1993).

Natureza do erro perpétuo. De modo equivalente ao religioso, no registro discursivo secular – se for possível fazer esta separação –, a filosofia cartesiana imputou fraqueza de espírito à infância. Fraqueza, na qual sua capacidade de conhecimento estava totalmente submetida às impressões corporais. Se, nestes enunciados, a natureza infantil não era mais pecadora, torna-se uma natureza, concebida como a do “erro perpétuo”. Sendo totalmente dependente das sensações do corpo, a criança não tem condições de pensar, a não ser através de idéias confusas.

No século XVII, Descartes lamenta que tivéssemos sido todos crianças, antes de sermos “homens”. Lamenta nossa necessidade de, por muito tempo, nos deixarmos governar “por nossos apetites e nossos preceptores”. Preceptores que eram, amiúde, contrários uns aos outros, e que, nem sempre, nos aconselhavam bem. Apetites que nos causam tanto dano, que é quase impossível “que nossos juízos sejam tão puros ou tão sólidos como seriam, se tivéssemos o uso inteiro da razão desde o nascimento e se não tivéssemos sido guiados senão por ela” (cf. Descartes, 1962).

Desprezando a erudição livresca, opondo razão e história, a evidência que se conquista e o preconceito que se herda da tradição, Descartes formula o que chama de “prejuízos da infância”. Ou seja, a “precipitação”, que consiste em julgar antes de se ter chegado à evidência, e a “prevenção”, oriunda dos preconceitos transmitidos, “que a criança já mama junto com o leite de sua ama”. Dominados por esses prejuízos, não alcançaremos nunca as noções claras e distintas. Por isto, é preciso que “nos livremos da infância como de um mal, de suas idéias falsas e confusas, das aparências sensíveis, da fraqueza de vontade”.

Os homens da Ilustração seguirão tomando a criança como um ser em estado de menoridade, pelos dois lados: o espiritual, do pecado, e o racional, do erro, ambos necessitados de governo. Para sua moralização, utilizarão, além da educação escolarizada, os manuais de civilidade, os catecismos, as novas devoções, os anjos-da-guarda, a imitação das crianças santas e das vidas dos mártires, a direção espiritual (cf. Varela, 1986).

Os jansenistas acreditaram ser necessário esperar a idade da razão para obter bons frutos da educação, mas predominará a tendência iniciada pelos humanistas, a qual exercerá um forte impacto no sistema educativo das ordens religiosas, como a dos jesuítas, e nas laicas, como a de *Port-Royal*. A educação adquire uma base religiosa, centrada em Cristo, e uma base moral, centrada na razão, de modo que a criança se desenvolva, para ser servidora da fé e dos bons costumes, salvando, assim, sua alma. Por isso, as crianças aprendiam os preceitos morais ao lado do alfabeto ou da sintaxe latina, tendo o catecismo no outro lado.

O sentido da inocência infantil, que dominou a literatura educacional, desde o final do século XVII, introduz a concepção moral da infância. Concepção que articula dois componentes de sua natureza atribuída: o da inocência aliada à sua ignorância ou fraqueza. Este sentido resultará em uma dupla atitude moral: preservar a infância das iniquidades da vida, especialmente da sexualidade tolerada ou estimulada, e fortalecer a infância, desenvolvendo seu caráter e sua razão. Ambos os elementos deverão ser suprimidos, ou tornados razoáveis, e justificarão a necessidade da educação das crianças, não se opondo um ao outro: pelo lado da inocência, a infância será conservada e produzida, pelo lado da fraqueza, será tornada mais “velha” do que sempre foi.

Síntese do Mesmo e do pequenino. O estudo dessas camadas enunciativas possibilita, agora, argumentar que a matriz do poder espiritual-pastoral do batismo deu lugar à do poder disciplinar da educação escolar. Educação que adota, como seu ponto de engate, justamente aquela culpa e despudor do corpo infantil, para transmudar-se de um ritual religioso em maquinaria escolar de poder-saber-verdade.

A escolarização produz-se como um dispositivo que celebra, com eficiência, a preservação da inocência batismal e a superação de seus correlatos, a fraqueza moral e a ignorância irracional. Isto implica que a educação escolar

nunca se interessou pelos “belos olhos” da criança ocidental. Mas dirigiram-se a suas partes “mais baixas”, mais infames: 1. aquelas que a enunciaram como o Mesmo dos adultos – culpada e responsável pela culpa; 2. as que a fizeram o pequeno-outro dos adultos – inocente e irracional, imoral.

Sintetizando, foi examinado o seguinte: 1 – nos enunciados religiosos – a) o corpo da criança significado como sexualizado de modo degradado: filho do pecado original da carne, possuído pelo Demônio, decaído; b) a infância considerada desprezível, inferior, no nível mais baixo da escala moral; c) necessidade de correção, redenção, libertação, ser o que ainda não é, ter outra vida além da biológica, concebida em pecado, manchada; d) nos rituais religiosos, o batismo funcionando como purificação: o rito que lhe fornece a inocência divina, como o Menino Jesus – a nova vida de cristão, depois da vida biológica; 2 – nos enunciados laicos – a) o corpo da criança significado como degradado, por não ter capacidade racional; também sexualizado, sujeito a pecados, moralmente despudorado; b) a criança considerada moralmente inferior, desprezível, irracional, no nível mais baixo do social; c) necessidade de correção, redenção, libertação, ser o que ainda não é, ter outra vida além da irracional, em erro perpétuo; d) nos rituais seculares, a educação escolar funcionando como purificação, alçando-a à racionalidade e à moral, à humanidade enfim – a nova vida de racionalidade e de moralidade, depois da vida biológica.

Era efetivamente de outras vidas depois da vida que se falava. Tanto o batismo quanto a educação escolar articularam, em suas práticas, os dois estratos, o religioso e o laico, e os dois enunciados, o da inocência e o da culpa infantis. Nesta articulação, homogeneizaram todas as atividades infantis, que foram aquelas a constituir e a vivificar sua sofrida vida sem fim de “outro” dos humanos adultos.

Tecnologia do Eu pela fala do Outro

Até aqui, analisei, de um lado, não o momento em que o batismo emergiu como uma tecnologia do eu, mas seu funcionamento religioso, e sobretudo moral, na pendulação que promove entre a inocência e a culpa infantis. De outro lado, acreditei haver encontrado, não o momento em que o discurso educacional escolar emergiu como uma tecnologia do eu, mas seu funcionamento pedagógico, sobretudo moral, na promoção do mesmo tipo de pendulação. Descrevi algumas significações, estratégias e táticas do discurso educacional, quando se fez cargo e construiu as continuidades e as descontinuidades das relações de saber-poder com o infantil, pela maquinaria comeniana-bíblica da Pastoral Educativa.

Atribuí ao batismo – e a seu sucedâneo, a educação escolar – a condição de uma matriz geral, que regeu a produção do discurso verdadeiro sobre o infantil. Amplio isto, entendendo, agora, o batismo como uma das tecnologias do eu

moderno (cf. Foucault, 1991b). Tecnologia que permite ao infantil efetuar, por conta própria ou com ajuda de outros, um certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, condutas e formas de ser. Uma tecnologia que faz o infantil obter uma transformação de si mesmo, com a finalidade de alcançar um determinado estado de felicidade, pureza, sabedoria, imortalidade, moralidade.

Ao indicar alguns componentes da história do batismo, enquanto um componente vital do poder moderno, não “contei” tal história, como propusera Ariès, para descobrir o momento em que o batismo emergiu como uma tecnologia do eu – do mesmo modo como não situei a origem da educação escolar, no século XVII. Mas, isolei o batismo, como um componente da tecnologia social do infantil de hoje, traçando-o no tempo, para trás, como quem escreve a história do presente, para descrever o funcionamento de tal tecnologia.

Examinei o batismo, como um componente na expansão das tecnologias de governo sobre o disciplinamento e controle dos corpos infantis, das populações e da sociedade como um todo. Busquei explorar, nessa análise, suas ligações com a religião, com o poder político adulto, com as ciências educacionais. Anotei que o batismo relaciona-se com outras práticas de dominação social do infantil, tal como a escolarização. Em cada momento da história, cada uma dessas dominações fixou-se em um ritual, para impor deveres e direitos, e constituir cuidadosos procedimentos, que estabelecem marcas, gravam lembranças nas coisas e nos corpos (cf. Foucault, 1990d).

Diferentemente de outras tecnologias do eu moderno, promovidas pela auto-reflexão, ou pelo discurso sobre si mesmo, como a da confissão – que implica em falar de si, para aceder à verdade de si próprio – a do batismo, ao contrário, é uma forma de tecnologia do eu, cuja força advém da fala dos outros sobre o si-infantil – um si que é “do outro”. Mesmo que integre os mesmos sistemas de controle, tais como os das doutrinas religiosas, das teorias pedagógicas e morais, cujo tipo particular de técnicas revela o eu mais profundo, através do auto-exame privado, a tecnologia do batismo dispensa, num primeiro momento, este auto-exame. Pelo batismo, a vontade de saber a verdade sobre o infantil faz com que deste “pequeno eu” falemos os pais, os padrinhos, os celebrantes, os pastores e as pastoras da Pastoral do Batismo. Bem de acordo com o sentido latino de *infans*, como aquele sem palavra, incapaz de falar, que não fala.

Contudo, as chaves de interpretação do batismo são as mesmas da confissão. Somente mudam os sujeitos que falam da verdade daquele eu em questão. Deslocando-se da confissão, as Ciências Humanas fazem com que o indivíduo prossiga sendo um objeto de conhecimento para si mesmo e para os outros, um objeto que fala, a fim de se conhecer e ser conhecido, e um objeto que aprende, deste modo, a operar transformações em si mesmo. Deslocando-se do batismo, as Ciências da Educação fazem com que o infantil continue sendo um objeto de conhecimento para os outros e para si mesmo, um objeto do qual se falou a

verdade, para que fosse conhecido e que passa a dizer tal verdade, por ser um objeto aprendido, e depois aprendiz de si, sobre o qual opera transformações.

À primeira vista, muito mais uma tecnologia disciplinar do que uma tecnologia do eu, o batismo produz mudanças nos corpos infantis, aparentemente mudos e dóceis. Só que este infantil, sendo moderno, nunca foi mudo: ele devia falar, senão num primeiro momento, logo após. Por isso, falava, a partir do que dele falaram. O batismo supõe a fala posterior do batizando, e a confirmação desse sacramento por outros ritos, como a Primeira Eucaristia e sua renovação pela Crisma. Se, no batismo, a criança não falava, mas era falada, em sua verdade de “peixinho nas águas da salvação”, no que segue, será sua voz que será ouvida.

Há relações entre as tecnologias da confissão e do batismo, ambas integradas pelo mesmo tipo de poder disciplinar, assim como a Escola realizará, com êxito, sua junção. Tanto as pastorais religiosas da confissão e do batismo, quanto a pastoral educacional têm, como dever, ao fim e ao cabo, fazer passar tudo o que um infantil é, pelo filtro da palavra elidida e julgada pelos outros. Se já antes da Modernidade, o infantil se tornara um “animal batizado”, agora, por efeitos da escolarização, ele se torna um “animal escolarizado”.

Posso argumentar que essa tecnologia educacional reveste-se, ao modo do batismo, das seguintes significações: 1) Um começo novo, um renascimento, uma nova criação; com este começo novo desaparece a escravidão do passado e funda-se a esperança. Começa uma nova história, a história da liberdade. 2) É necessária à salvação. Na forma de paraclese, a necessidade de escolarização é, ao mesmo tempo, uma advertência, um mandato e uma consolação, e apela à liberdade de opção de quem a escuta. 3) A escolarização da criança encontra-se em conexão com a missão de humanizar o que é infantil. É a forma pública dos Estados, famílias, adultos expressarem sua profissão de fé na humanização da população e dos indivíduos infantis. 4) Pela escola, o infantil é libertado de suas carências racionais, morais, sociais. Daí vem sua significação salvífica: somente se salva quem for escolarizado. 5) As crianças são inseridas numa nova relação humana, tornando-se membros de uma sociedade, da humanidade civilizada, esclarecida. Nela, entram por este novo nascimento, que possibilita uma vida nova na liberdade e no amor. Nesta vida nova, irrompe a nova criação. 6) A escolarização é uma prática que exige fé, enquanto entrega total da criança à humanidade, com seu poder institucionalizado de pedagogizar. Esta fé é condição *sine qua non* para a escolarização. 7) A escolarização, assim como o sacramento do batismo, não é um sinal mudo. A palavra pedagógica faz parte do sacramento, bem como o banho de cultura, no qual a semente incorruptível da palavra da “Família Rousseau” (cf. Lerena, 1983) produz seu efeito vivificante.

Graças ao dispositivo da infantilidade, o poder moderno estendeu sua rede aos menores movimentos do corpo e da alma infantis, através da construção histórica dessa tecnologia do eu específica: o batismo das crianças. Foi através

do batismo que vários fatores – o corpo, o saber, o discurso, o poder – foram trazidos ao lugar comum da conversão e do controle do que é especificamente infantil. Do mesmo modo como estendeu sua rede através da tecnologia daí derivada: a escolarização do infantil. Ambas as tecnologias construíram a infantilidade de forma histórica, e não como um referente religioso, nem biológico, nem sociológico, nem psicológico. Assim, foi através da descrição de suas operações, que nós pudemos conhecer o infantil desde o século XVII, e a infância desde o século XVIII. Antes desses tempos, nós tivemos apenas um corpo-carne impuro batizado.

Aqui termina o jogo interdiscursivo, ao modo de Foucault, propiciado pelas positividades da *Bíblia* e da *Didactica Magna*, que veio resultar em nossa atual *Pastoral Educativa*. Jogo, consubstanciado nas atividades e nos além-mundos, na purificação moral e na redenção racional do infantil. Operado pela renúncia a si e à realidade. Sancionado pelo Juízo-Exame Final. Aconteceu tudo isso com a mais pura escatologia messiânica ao fundo, no sistema de uma *Santa Aliança*, para realizar o advento da *Terra Prometida*: a do *Sujeito Verdadeiro* – função-lugar de linguagem que, no quadro da finitude moderna, não por acaso se autorizara a tomar o lugar de Deus.

Referências Bibliográficas

- ALVAREZ-URIA, Fernando; VARELA, Julia. *Arqueologia de la escuela*. Madrid: La Piqueta, 1991.
- ARIÈS, Phillipe. *El niño y la vida familiar en el antiguo régimen*. Madrid: Taurus, 1975.
- _____. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- _____. La infancia. *Revista de Educación – Historia de la infancia y de la juventud*. Madrid, n. 281, sept.-dic., 1986. p. 5-17.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BÍBLIA Sagrada. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- BÍBLIA – Mensagem de Deus. São Paulo: LEB – Loyola, [s.d.].
- CAMBI, Franco; ULIVIERI, Simonetta. *Storia dell'infanzia nell'Italia liberale*. Firenze: La Nuova Italia, 1988.
- COMÊNIO, João Amós. *Didactica Magna*: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- CORAZZA, Sandra M. A roda do infantil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 23, n.1., jan./jun.1998a. p. 87-141.
- _____. *História da infantilidade: a-vida-a-morte e mais-valia de uma infância sem fim*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998b, 619p. (Tese de Doutorado em Educação.)

- _____. Mais-valia do infantil nos espelhos do Grande-Outro. In: SILVA, L.H. da (org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998c. p. 178-207.
- _____. In: A pastoral educativa. In: *Estilos da clínica*, São Paulo-USP, v. IV, n.6, jul.1999. p. 28-53.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Porto: Rés, [s.d.].
- DeMAUSE, Lloyd. La evolución de la infancia. In: _____. (Dir.). *História de la infancia*. Madrid: Alianza, 1995. P. 15-92.
- DESCARTES. *Obra escolhida*. São Paulo: Difel, 1962.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Portugalia, 1968.
- _____. *A arqueologia do saber*. Petrópolis, Lisboa: Vozes, Centro do Livro Brasileiro, 1972.
- _____. La gubernamentalidad. In: VARELA, Julia (Comp.). *Espacios de poder*. Madrid: La Piqueta, 1981. p. 9-26.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- _____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990b. p. 15-37.
- _____. Omnes et singulatim: hacia una crítica de la “razon política”. In: _____. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1991a. p. 95-140.
- _____. *Tecnologías del yo*. In: _____. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1991b. p. 45-94.
- _____. *História da sexualidade, 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- _____. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-49.
- LERENA, Carlos A. *Reprimir y liberar: crítica sociológica de la educación y de la cultura contemporáneas*. Madrid: Akal, 1983.
- LYMAN, Jr., Richard B. Barbarie y religión: la infancia a fines de la época romana y comienzos de la Edad Média. In: DeMAUSE, Lloyd (Dir.). *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza, 1995. p. 93-120.
- McLAUGHLIN, Mary M. Supervivientes y sustitutos: hijos y padres del siglo IX al siglo XIII. In: DeMAUSE, Lloyd (Dir.). *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza, 1995. p. 121-205.
- NARODOWSKI, Mariano. *Infancia y poder: la conformación de la pedagogía moderna*. Buenos Aires: Aique, 1994.
- O SACRAMENTO do batismo. Porto Alegre: Paróquia São Sebastião, [s.d.]. 21p.
- POLLOCK, Linda A. *Forgotten children: parent-child relations from 1500 to 1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

- PRIORE, Mary Del. O papel branco, a infância e os jesuítas na Colônia. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 10-27.
- ROSS, James B. El niño de clase media en la Italia urbana, del siglo XIV a principios del siglo XVI. In: DeMAUSE, Lloyd (Dir.). *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza, 1995. p. 206-54.
- TRISCIUZZI, Leonardo e CAMBI, Franco. *L'infanzia nella società moderna*. Roma: Riuniti, 1989.
- TUCKER, M. J. El niño como principio e fin: la infancia en la Inglaterra de los siglos XV e XVI. In: DeMAUSE, Lloyd (Dir.). *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza, 1995. p. 255-85.
- ULIVIERI, Simonetta. Historiadores y sociólogos en busca de la infancia. Apuntes para una bibliografía razonada. *Revista de Educación – Historia de la infancia y de la juventud*, Madrid, n. 281, sept.-dic.1986. p. 47-86.
- VARELA, Julia. Aproximación genealógica a la moderna percepción social de los niños. *Revista de Educación – Historia de la infancia y de la juventud*, Madrid, n. 281, sept.-dic.1986. p. 155-91.
- VINYOLES I VIDAL, Teresa M. Aproximación a la infancia y la juventud de dos marginados. Los expósitos barceloneses del siglo XV. *Revista de Educación – Historia de la infancia y de la juventud*, Madrid, n.281, sept.-dic.1986. p. 99-123.
- ZILLES, Urbano. *O sacramento do batismo nas fontes cristãs*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Vozes, 1975.
- _____. *Os sacramentos da Igreja Católica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- ZIND, Ir. Pierre. *Visão panorâmica da história da educação na Europa*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Maristas, 1987.

Sandra Mara Corazza é professora do Departamento de Ensino e Currículo e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Endereço para correspondência:

Rua João Berutti, 185 – Chácara das Pedras
91330-370 – Porto Alegre – RS
E-mail: scorazza@plug-in.com.br